

O REVELAR DAS “VOZES DA BOCA DA MATA”: A experiência da extensão universitária nos assentamentos de reforma agrária em Nossa Senhora da Glória-SE.

GT 13- Reforma do estado, governabilidade e democracia.

Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus

Este trabalho é fruto de uma atividade de Iniciação à Extensão (PIBIX) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O nosso projeto alicerçou-se metodologicamente na pesquisa-ação, possuindo como foco a questão dos direitos sociais e, especialmente, a categoria qualidade de vida em seis assentamentos rurais localizados no município de Nossa Senhora da Glória, no Sertão Sergipano. O método utilizado concentrou-se no tipo de uso de grupos focais. Em suma, este trabalho permitiu, além de pesquisar e contribuir para que famílias assentadas pudessem se apropriar e construir reivindicações/demandas voltadas para os direitos sociais e a qualidade de vida nos seus assentamentos, revelar vozes, até então, ocultas, contribuindo assim na compreensão de como elas vivenciam suas conquistas sociais, entendem e experienciam suas vidas.

Palavras: chave: famílias rurais assentadas; direitos sociais; qualidade de vida;

Este trabalho é fruto de um conjunto de atividades realizadas no âmbito do programa institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (PIBIX) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O nosso projeto alicerçou-se metodologicamente na pesquisa-ação, possuindo como foco a questão dos direitos sociais e, especialmente, a categoria qualidade de vida em seis assentamentos rurais localizados no município de Nossa Senhora da Glória, no Sertão Sergipano.

Nossa Senhora da Glória (ou antiga “Boca da Mata”, em sua primeira povoação) é conhecida como a “Capital do Sertão” e caracteriza-se por ser um polo regional, particularmente devido à força de sua bacia leiteira. Tem uma área de 756,485 km², onde, segundo o último Censo do IBGE, vivem 32.497 dos mais de 11.000 moram nas áreas rurais. O município está localizado ao oeste de Sergipe, situado a 122 km de distância de Aracaju, e integra o território do Alto Sertão Sergipano. O objeto de análise de nosso trabalho extensionista foi às famílias dos assentamentos de reforma agrária do município de Nossa Senhora da Glória- SE, a saber: “Zé Emídio (25 famílias); Zé Ribamar (32 famílias); Luiz Beltrane (20 famílias); Fortaleza (o primeiro desta região, com 46 famílias) e por fim, o mais recente o Adão Preto (100 famílias)”. Assim, 8 (oito) assentamentos do Alto Sertão Sergipano. Portanto, durante o desenvolvimento deste trabalho (no período do PIBIX-2011) realizamos a dinâmica metodológica (a mesma será aprofundada mais adiante) em 6 (seis) assentamentos público-alvo.

1. O camponês e seu protagonismo

A história do campesinato brasileiro é registrada pelas marcas de suas lutas na obtenção de um espaço próprio na economia e na sociedade, portanto, de processos sociais de resistência pelo direito de existir, enquanto homens e mulheres, em termos políticos, sociais, culturais e econômicos. Segundo Wanderley (2009), o campesinato no Brasil sempre foi um setor bloqueado historicamente, especialmente por conta da negação sistemática, em diversas localidades, do acesso dessa população à terra. De tal modo, a questão da luta por espaço, a ideia de construção de um território (território no sentido de ser algo além de um espaço físico, é aquele em que há também relações sócio-culturais, história de vida,

pertencimento diversos) aponta por si só para o protagonismo do camponês, na qualidade de que este foi capaz de edificar – mesmo em situações profundamente adversas - um lugar tecido por seu modo de vida, suas formas de sociabilidade, experiências e lutas políticas, processos de produção e reprodução da vida¹.

A agenda política desses grupos campesinos expressava questões como: (a) reforma agrária; (b) livre direito à organização sociopolítica da classe trabalhadora rural; (c) extensão de direitos trabalhistas para o campo, bem como previdenciários; (d) fim do sistema de barracão e do cambão nos engenhos; (e) políticas públicas ligadas ao desenvolvimento produtivo no campo, fundamentalmente para a pequena produção rural (ANDRADE 2005; MARTINS, 1983). O elenco de aspectos aludidos acima mostra como as áreas rurais estavam incólumes aos direitos de cidadania, particularmente devido ao poder das elites agrárias em negá-los constantemente.

Em meio à retomada das manifestações populares no período decisivo de encerramento do regime militar, o movimento camponês ganha (novo) impulso, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)². De acordo com Stedile e Fernandes (2012), as raízes do surgimento desse movimento foram determinadas por diversos fatores, dentre os principais: a) o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70; b) modernização e industrialização no campo; c) e a era da colonização da região Norte do país. Portanto, o nascimento do MST tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura, logo, “o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país” (Idem, p. 24)

Sônia Bergamasco (1996) define os assentamentos como a criação de novas unidades de produção agrícola, de base familiar, por meio de políticas governamentais, visando o (re)ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Além disso, a autora argumentou que tudo isso, também, possibilita o incentivo a organização social e a vida comunitária, os laços de sociabilidade tradicionais do campo, onde o parentesco e a vizinhança assumem papel preponderante. É importante destacar que, no Brasil, a implementação dos assentamentos decorre, também, de uma tentativa de minimizar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da metade dos anos de 1980.

No que se refere à família rural no projeto de reforma agrária, a mesma acaba assumindo caráter central, pois a criação dos assentamentos é a validação da importância e reconhecimento da família como elemento fundamental para a vida nos assentamentos, já que, “o sujeito da conquista do assentamento de reforma agrária tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa”

¹ Questões mais gerais – do ponto de vista político, principalmente - colocaram na ordem do dia o tema do campesinato. Por decorrência do processo de internacionalização da indústria brasileira, bem como do avanço do capitalismo no campo, que impulsionaram o desenvolvimento da modernização do processo produtivo na agricultura, desencadeou-se, enquanto reação a essa modernização excludente, uma forte organização dos trabalhadores rurais em vários municípios no País, que repercutiram em âmbito nacional por conta de seus atos políticos na década de 1950 e, principalmente nos primeiros anos de 1960 que antecederam à implantação do Regime Militar em 1964. A organização política dos camponeses contou com o apoio dos partidos políticos, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e da Igreja Católica, os quais reunidos no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, formularam, pela primeira vez, uma proposta unitária de reforma agrária brasileira, como síntese de suas interpretações política acerca da questão agrária no país, gerando repercussão na imprensa (rádio e jornal, na época). Destarte, “essas eram as condições em que estava ocorrendo à redefinição política das relações de classes no campo. Isto é, pouco a pouco, verificava-se a metamorfose política do lavrador em camponês” (IANNI, 2004, p. 212), especialmente na condição de elaboração de sua identidade política.

² O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu na região Centro- Sul do Brasil no período de 1984- 1985. O movimento só teve contorno e repercussão nacional a partir dos anos 90, devido às vitórias e emblemas dos processos de ocupações de terra da época, a exemplo da ocupação na fazenda Macali. (TURATTI, 2005)

(MARTINS, 2002, p. 19). Segundo Schneider (2003), a família rural é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. A mesma está ligada por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), podendo a ele pertencer a outros membros não consanguíneos (adoção, compadres).

Diante desta conceituação, parte-se a ideia de que a família rural assentada tenta garantir a reprodução social do grupo familiar e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida, uma vez que estas são agentes da modificação social do mundo rural. Por isso, ela (a família rural) é base de nossa compreensão e respostas acerca da questão da busca pela implementação dos direitos sociais em seus respectivos assentamentos rurais de reforma agrária. São essas famílias e as dinâmicas existentes nos assentamentos que têm possibilitado em vários municípios formas de inclusão social antes precarizadas pela ausência da posse da terra. Ademais, são elas que passam a buscar qualificar as políticas dos poderes públicos municipais, cobrando escolas, postos de saúde, melhorias de infraestrutura (BERGAMASCO, 2003; MARTINS, 2004).

2. A bandeira dos Direitos Sociais e da Qualidade de Vida

A partir do pressuposto que as famílias rurais assentadas são as protagonistas na busca por melhores condições de vida nos assentamentos e que desenvolvem, em muitas localidades, modos de cobranças para garantir uma maior e melhor aplicação de políticas públicas no meio rural, foram elas que se tornaram alvo de nosso trabalho³.

É importante destacar que, direitos são “expressão de um patamar de sociabilidade, que estão situados em um campo essencialmente político, porque são resultantes do embate de interesses e ações dos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 20). Desse modo, pressupõem as ideias de igualdade e justiça a partir da compreensão das desigualdades sociais vigentes na sociedade capitalista. Assim, a nossa compreensão pelo termo direito social pressupõe o entendimento de direitos construídos a partir de processos reivindicatórios ao longo do tempo, portanto, falar em direitos sociais significa mencionar os processos históricos de participação e reivindicação popular.

Partindo para uma procura histórica da inserção da sociedade civil no processo de participação junto aos poderes públicos, percebe-se que, nas décadas de 1980 e 90, fundamentalmente resultante do período de redemocratização brasileira, inúmeros debates emergiram na sociedade brasileira, bem como relevantes produções teóricas que foram surgindo com o intuito de contextualizar não só os paradigmas da participação da sociedade civil, mas também nas caracterizações dos seus diferentes campos de atuação. No Brasil tal processo deu-se em uma conjuntura de emergência da democracia, da luta por direitos sociais, pós o fim da ditadura militar. Assim, o processo de participação da sociedade civil, no que refere ao controle dos direcionamentos dos direitos e programas sociais, como também de sua presença nas políticas públicas emergiu em um contexto sociopolítico de redemocratização da sociedade brasileira (MARTORANO, 2010). A palavra participação historicamente foi associada a outros termos como democracia, representação, organização, cidadania. Podemos compreender o termo

³ Como o presente texto resulta de um trabalho de extensão, o nosso objetivo é, além de pesquisar, contribuir para que famílias assentadas pudessem apropriar-se, por meio de informações, e construir reivindicações/demandas voltadas para os direitos sociais e a qualidade de vida nos Assentamentos de Reforma Agrária do município de Nossa Senhora da Glória-SE, através dos Conselhos Municipais existentes. Essa apropriação de direitos, atualmente, vem se dando através dos Conselhos Gestores Municipais. Dessa maneira, o PIBIX (entendido como uma troca de saberes entre a universidade e a sociedade) desempenhou um papel de fornecer subsídios para a participação popular, a partir do tema dos direitos sociais e da qualidade de vida junto aos principais beneficiários da reforma agrária (as famílias assentadas), objetivando que elas pudessem apropriar-se, em algumas situações ainda mais, dos referidos temas mencionados, e inspirados no II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

participação neste escrito, segundo um nível político de integração social de indivíduos em dados grupos, neste caso, será a integração da sociedade civil no processo participativo dos conselhos gestores (GOHN, 2003).

No universo da política, a participação dos indivíduos na sociedade civil tornou-se parte do vocabulário não só dos dicionários da ciência política, mas também nos “gritos de ordem” das reivindicações populares. A integração dos indivíduos nos processos de elaboração e tomadas de decisão, além do controle sobre os recursos e as instituições que controlavam o “andamento do social” na sociedade, emergiu fortemente nos anos de 1980 no Brasil, onde intensificou a necessidade de criação de mecanismos que garantissem uma maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil (por exemplo, representações comunitárias e profissionais, sindicatos, movimentos populares), assim, um desses principais canais era a possibilidade de criação de Conselhos, que oferecesse não apenas um instrumento de pressão das demandas populares, mas também com uma qualidade da participação, aspecto que se apresentou de modo generalizado – não somente – para vários municípios rurais. Muitas vezes tornaram-se o local privilegiado (e único) de diálogos entre o espaço público e os setores da sociedade civil, especialmente as camadas populares, voltado para demandas sociais (educação, saúde, renda, desenvolvimento sustentável, etc.).

Desse modo, os Conselhos Gestores surgiram em todo País nos anos de 1990 em cumprimento às leis orgânicas que regulamentaram a Constituição Federal de 1988. Tais dispositivos legais resultaram de um processo histórico de lutas e reivindicações da sociedade civil organizada, ocorridas no contexto dos anos 1970 e 1980, enquanto expressão da crise da ditadura militar implantada desde 1964. Os movimentos sociais, sindicatos, associações de profissionais, de bairro, dentre tantas, contestavam a centralização do poder e exigiam a democratização do Estado, com participação da sociedade civil nas decisões sobre as políticas públicas, num amplo movimento pela redemocratização do país, fato que culminou com o fim do regime militar em 1985 após 21 anos de ditadura⁴.

No que diz respeito às demandas populares por melhorias na qualidade de vida, a nossa abordagem respaldou-se, ademais, na definição proposta por Metzen; et al (1980), para qual a avaliação da qualidade de vida envolve indicadores que estão associados tanto aos aspectos objetivos (informações sobre as condições concretas e gerais da vida das famílias e do seu habitat), quanto a fatores subjetivos (relacionados às percepções, avaliações e aspirações que as pessoas/família têm de suas próprias condições)⁵. Desta forma, o presente trabalho de extensão almejou levar essa discussão para dentro destes assentamentos - por meio de grupos focais e demais atividades -, oferecendo possibilidades para que os assentados (as) se apropriem dos marcos legal do II PNRA, agregando-a as demandas relativas ao tema da qualidade de vida. A ideia era que as famílias e sua instância de representação política (a associação) passem a exigir, nos respectivos Conselhos Gestores existentes no seu município, que tais aspectos (direitos sociais e qualidade de vida) sejam incorporados pelas políticas públicas e pela ação dos agentes da Assistência Técnica Rural (ATER, ATES e demais grupos de assessoria). Nesse sentido,

⁴ Foi assim que na década de 1990, vários conselhos foram implantados nos diferentes níveis de administração pública (federal, estadual e municipal), com, em geral, composição paritária entre poder público e sociedade civil; de caráter deliberativo ou consultivo, e na maioria dos casos, sendo condição para o repasse de recursos dos fundos públicos. De tal modo, possibilitam a reorganização das políticas públicas brasileira, através de uma maior interação entre o governo e a população, a fim de criar formas de governança democráticas, resultando em políticas sociais de controle social. (GHON, 2003)

⁵ No tocante da qualidade de vida, este tema está relacionado aos valores culturais, contextos econômicos e sociais, bem como as percepções apresentadas pela família rural assentada. Na realidade, admite-se que essas famílias possuem concepções e capacidades de elaboração sobre o que representa qualidade de vida, uma vez que a consolidação do assentamento rural, na maioria dos casos, se dá por um árduo período de reivindicação. A qualidade de vida está constituído por elementos específicos ou fatores, os quais formam o contexto da experiência de vida dos indivíduos. (METZEN et al, 1980).

as famílias assentadas são protagonistas da reforma agrária e é sobre elas que devem se situar um conjunto de iniciativas capazes de possibilitar a consolidação e/ou a intensificação da luta pela conquista de direitos sociais e pela melhoria na qualidade de vida, uma vez que a posse da terra ainda não assegura a plena garantia de condições de permanência através do acesso a bens e serviços essenciais ao indivíduo na manutenção do seu núcleo familiar.

3. Metodologia

Em seu desenvolvimento, o nosso projeto alicerçou-se metodologicamente na *pesquisa-ação*, possuindo como foco a questão dos direitos sociais e, especialmente, a categoria qualidade de vida em seis assentamentos rurais localizados no município de Nossa Senhora da Glória, no Sertão Sergipano. O método utilizado concentrou-se no tipo de uso de grupos focais, que, além de discutir e aprofundar os temas citados, também faz um observatório direto e participante dos processos interacionais que emergem durante o grupo focal. A realidade focalizada e trabalhada foi a das famílias rurais dos assentamentos do município de Nossa Senhora da Glória, representando um total de 6 assentamentos, com público-alvo de 242 famílias assentadas na região do Alto Sertão Sergipano.

O método *pesquisa-ação*⁶ busca interligar conhecimento e ação. O método ainda é de relevante utilização nas ciências sociais aplicadas em atividades de extensão universitária, sempre associado não apenas aos objetivos de ação, mas também a pesquisa de novos conhecimentos respaldados em marcos teóricos. Assim, a aplicação dessa técnica no nosso trabalho de extensão possibilitou fazermos um levantamento qualitativo a respeito do que as famílias rurais assentadas pensam sobre: a) a reforma agrária enquanto um direito social; b) se as mesmas conhecem e/ou tem contato com os conselhos gestores existentes no seu município; c) o que elas entendem por qualidade de vida.

Nesse sentido, buscamos ouvir os assentados de reforma agrária, de saber por eles e elas quais são seus conhecimentos de acesso aos (seus) direitos sociais. Portanto, tivemos um cuidadoso exercício de saber ouvir essas vozes, até então, ocultas, vozes essas não reveladas nos dados estatísticos oficiais. É nessa perspectiva que o nosso trabalho buscou ter potencial criativo, uma vez que ao desfrutar de técnicas de *pesquisa participante/qualitativas*⁷ tivemos a possibilidade de realizar uma colheita expressiva de informações das condições em que se encontra (os assentamentos de reforma agrária do município de Nossa Senhora da Glória) no acesso aos mecanismos de ingresso as políticas públicas, e nos Conselhos Gestores, principalmente tendo como base os resultados de nossas discussões com as famílias camponesas.

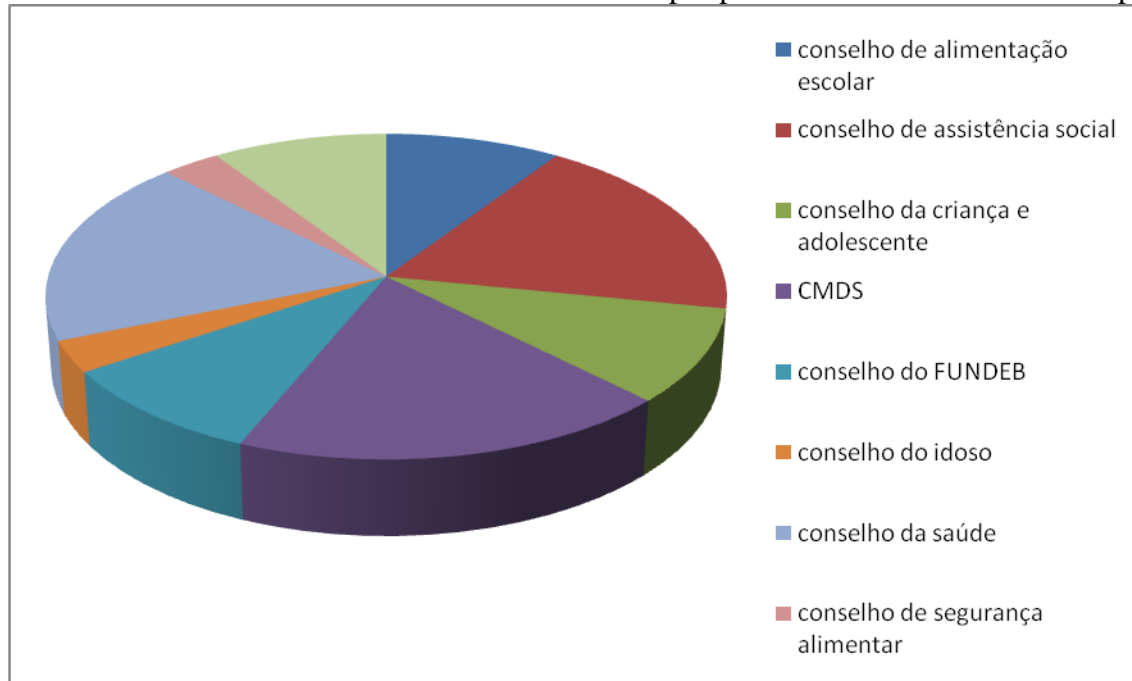
4. Resultado

Com o intuito de mostrar os resultados de algumas informações colhidas por meio dos Grupos Focais, fizemos alguns gráficos, a fim de possibilitar uma maior visualização do possível acesso das famílias rurais assentadas aos nove conselhos existentes no município.

⁶ Consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas (THIOLLENT, 2011, p. 7).

⁷ Pesquisa participante entendida como conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro pra fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias” (BRANDÃO, 1981, p. 09- 10)

Gráfico 1- Os Conselhos de Glória mais conhecido por parte dos assentados do município



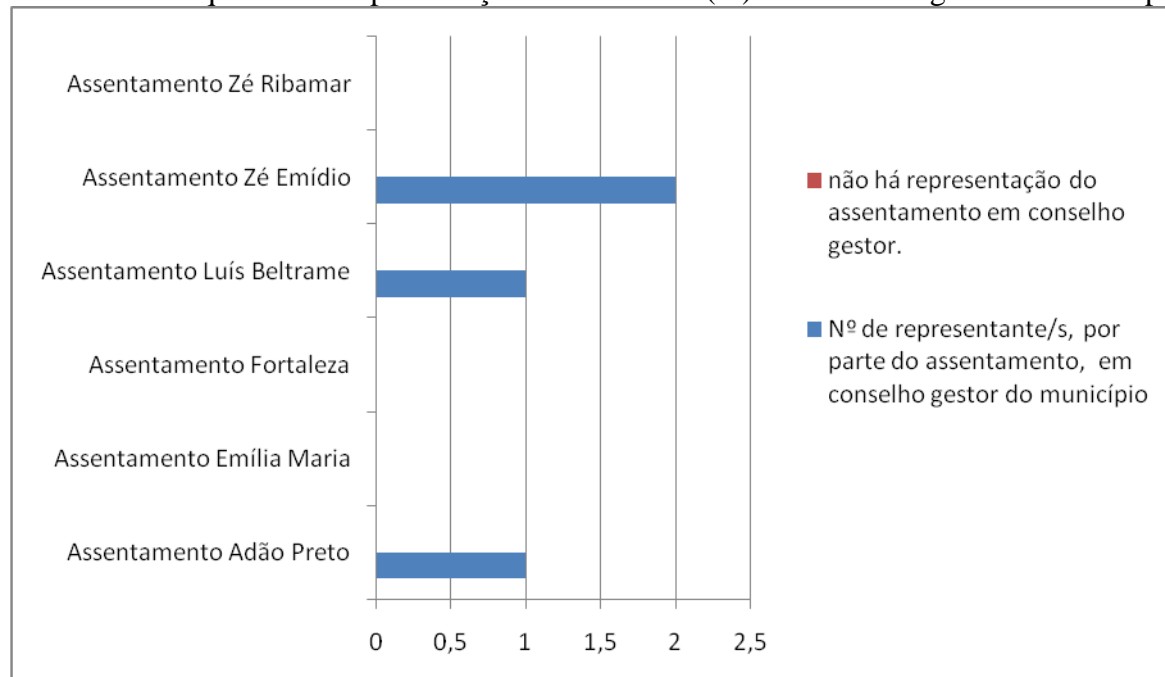
Fonte: dados da pesquisa de campo (2012)

Percebe-se que, no gráfico 1, os conselhos mais conhecidos (conhecido no sentido de saber de sua existência e de, às vezes, fazer visitas aos assentamentos) por parte das famílias assentadas, que participaram dos grupos focais foram: o conselho municipal de assistência social (CMAS); o conselho municipal de desenvolvimento sustentável (CMDS); e o conselho da saúde (CMS).

Serão sobre os três aludidos conselhos que teceremos alguns comentários. Primeiro, a respeito do CMAS, onde foi unânime o conhecimento do mesmo por parte dos assentados, visto que é esse conselho o responsável pela aplicação dos principais programas de assistência do governo federal, a exemplo do benefício bolsa família; pró-jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O CMDS também foi um dos mais conhecidos e comentados durante a dinâmica dos grupos focais. Este conselho desempenha um papel importante nos assentamentos de reforma agrária, pois é através dele que o assentado tem acesso a linhas de créditos, incentivo agrícola para a sua produção e também aos programas de ajuda do governo ao pequeno agricultor, como é o auxílio safra e, recentemente, o bolsa estiagem (benefício para os atingidos pela estiagem deste ano). No decorrer da pesquisa-ação percebemos que, dos seis assentamentos trabalhados, três tinham representantes em tal conselho (assentamento Adão Preto, Luís Beltrame e Zé Emídio, esse último tem dois conselheiros) o que nos chamou a atenção. Uma vez que, mostra que o Movimento dos Sem Terra- MST começa a perceber a importante estratégia de atuação dentro dos conselhos gestores, como uma garantia de reivindicação e de acesso aos direitos sociais, logo, a participação e o controle social, por esse grupo, no conselho de desenvolvimento sustentável são de valiosa contribuição para a manutenção da produção do assentamento, bem como da garantia de permanência das famílias assentadas.

Gráfico 2- Frequência de representação de assentados(as) em conselho gestor do município



Fonte: dados da pesquisa de campo (2012)

Por fim, pudemos mencionar o conselho municipal de saúde (CMS), que foi citado por todos os participantes dos grupos focais, de maneira contraditória. Embora, tenha sido um dos conselhos que mais realiza visitas (visita médica móvel, contendo médico, agente de saúde e, às vezes, dentista), o mesmo é visto com insatisfação pelas famílias assentadas, devido às dificuldades de marcação de exames nos postos de saúde nas proximidades dos assentamentos.

Além disso, é notável o não conhecimento, por parte dos assentados, da existência e/ou ausência dos conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e o do Idoso. Assim, uma indagação é necessária para melhor caracterizar essa problemática: i) “será que esses conselhos estão limitados as demandas da população urbana do município de Glória? ii) “quais são as dificuldades desses conselhos de estenderem suas finalidades a zona rural do município? Essa última indagação pode ser feita aos demais conselhos supracitados (no gráfico 1), pois parece ser um dilema que envolve não somente os assentados do município, mas também as demais populações longínquas de conselhos gestores, ou seja, o sistemático abandono que o Estado brasileiro ofertou as populações rurais no País (Martins, 2006).

Esse cenário pode ser compreendido pelos dilemas do desmantelamento no Brasil, ocasionado pelo efeito das políticas neoliberais que alastra o agravamento das desigualdades e exclusões sociais, conseqüentemente, a falência dos serviços públicos e a regressão de direitos civis (Telles, 1999).

5. Considerações Finais

Dando um apanhado do que foi exposto nessa monografia, percebemos que o surgimento do assentamento rural representou (e representa) uma tentativa de redemocratização do acesso às terras. Além disso, simbolizou (e simboliza) a materialização da jornada de lutas históricas pela terra ao longo do processo de colonização do Brasil. Ademais, a existência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), bem como de outros movimentos camponeses, no panorama político nacional colocam, na ordem do dia, reivindicações da garantia de permanência desses sujeitos na viabilização de sua reprodução social. Afinal, como aponta Leonildes Medeiros (2010, p. 135),

Desses enfrentamentos emerge um novo rural, marcado pela recusa à precariedade, pela luta pela participação na conformação dos espaços públicos, em um esforço pelos trabalhadores de serem vistos e ouvidos, e assim romper com o anonimato.

Assim, é perceptível a busca por novas formas de participação política, por parte do movimento, a exemplo da inserção e participação de assentados (as) rurais nos conselhos gestores, a fim de, nesses espaços, protagonizar (novas) lutas na obtenção de direitos sociais, conseqüentemente, garantindo uma melhoria nas suas condições de vida.

Vale ressaltar também que, vivemos uma época de destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em detrimento dos interesses do capital sob sua ideologia neoliberal, com isso a presença do Estado Mínimo no regresso dos direitos. Mediante a essa conjuntura, que afeta não somente o meio rural, faz-se necessário resgatar o papel do Estado no processo de reforma agrária, como prevê o II-PNRA, que deve orientar-se na viabilização da promoção do acesso a terra, bem como o acesso a direitos referentes à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), a fim de possibilitar a garantia da qualidade de vida no campo.

No decorrer do processo da atividade de extensão pode-se pontuar como considerações finais que foram apreendidas várias características dos modos de pensar e os níveis de percepção das condições de vida das famílias rurais assentadas do município de Nossa Senhora da Glória (antiga Boca da Mata). Desse modo, vale ressaltar a importância da extensão universitária não somente pela sua função social, mas também de sua contribuição teórica-empírica emergida no decorrer do seu processo de aplicação e desenvolvimento, num eterno fazer-se no próprio ato do saber-fazer acadêmico. Assim, desmistifica-se a ideia de que a extensão universitária é ‘assistencialismo’, prestadora de serviço e que não se alicerça no fazer científico da produção do conhecimento.

No geral, o que foi levantando e trabalhado junto às áreas assentadas possibilitou a socialização (e levantamento) de informações sobre a situação da qualidade de vida desses assentamentos ilustrados, seja por meio da análise de seus indicadores objetivos, e isto se deu através da busca em saber do seu conhecimento e acesso dos conselhos gestores, uma vez que esses são os canais de contato com os benefícios públicos; e de outro modo, pela compreensão dos fatores subjetivos, relacionados às percepções, avaliações e aspirações que as famílias assentadas têm de suas próprias condições.⁸ Portanto, obtivemos a materialização do objetivo do nosso trabalho, que era o de buscar compreender como as famílias assentadas vivenciam suas conquistas sociais, entendem e experienciam a vida nos assentamentos.

Esses dados obtidos, ou melhor, essas “vozes ouvidas”, não constam nos dados estatísticos oficiais. Uma vez que, na atualidade, as várias pesquisas realizadas em assentamentos rurais sobre as suas condições e qualidade de vida estão, em sua maioria, restritos ao recurso dos dados de indicadores quantitativos. Com isso, não se tem a devida preocupação com o que eles representam para estas famílias.

Vale ressaltar que, a pesquisa de campo não deve ser invasiva, entretanto, não negamos a ocorrência da nossa intervenção para com as famílias rurais assentadas no decorrer da pesquisa, intervenção esta a qual possibilitou obter de viva voz respostas, depoimentos e narrativas. De tal modo, “a interferência interpretativa do pesquisador se dá no desvendamento das conexões entre o visível e o invisível, entre o que chega à consciência e o que se oculta na alienação própria da vida social.” (Martins, 2011, p. 14). De tal modo, podemos concluir que o nosso trabalho permitiu, em certa medida, suprir esse desconhecimento das condições e modos de vivenciar suas vidas (agora) na condição de assentados (as)

⁸ A respeito dessa articulação entre a análise dos indicadores objetivo e subjetivos vale lembrar a importância que Paulo Freire (1971) destacou sobre essa relação dialética entre objetividade e subjetividade na construção de métodos de pesquisa alternativa. Segundo Freire, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida.

rurais. Portanto, conseguimos, minimamente, fazer com que se ouça de outra forma aquilo que, até então, estava sem ser ouvido.

6. Referência Bibliográfica

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7^a. edição. São Paulo, Cortez, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa Participante. São- Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê- la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa Participante. São- Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Prefácio In: COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São- Paulo: editora Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasilense, 2004.

MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTORANO, Luciano Cavini. Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEDEIROS, Leonildes Servólos de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais. Petrópolis- RJ, 1981.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, out/2004, p. 5-12.

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

METZEN, E.; WILLIAMS, F.L; SHULL, J.; KEEF, D.R. Quality of life as affected by area of residence. I project description. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036)

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: editora Cortez, 18^a edição, 2011.

WANDERLEY, Maria N. B. O mundo rural como um espaço de vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.